



ENTREVISTA

PATRÍCIA G. R. ANDRADE
REFLEXÕES SOBRE
AS VIVÊNCIAS E
PERSPECTIVAS DOS
HOMENS E MULHERES
NEGROS

Jória Motta Scolforo

Jornalista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Doutoranda em História Social das Relações Políticas – UFES.

Marilene Aparecida Pereira

Coordenadora do Núcleo Impulsor da Marcha das Mulheres Negras no Espírito Santo, idealizadora do Coletivo Afoxé e integrante do MNU – Movimento Negro Unificado. Pós-graduada em Educação Profissional e Tecnológica pelo Ifes - Campus Vitória.



Patrícia Gomes Rufino Andrade nos recebeu no Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) para conversarmos sobre a sua trajetória e pesquisas, com ênfase nas suas reflexões sobre as vivências e perspectivas dos homens e mulheres negros. Patrícia, que é graduada em Geografia e Pedagogia, é Doutora em Educação pela Ufes e Professora Adjunta do Departamento de Educação, Política e Sociedade. Seus principais temas de estudo são a Educação Quilombola, a Educação do Campo e as Práticas Pedagógicas para a Educação Étnico-racial.

Jória Motta Scolforo: Professora Patrícia, qual é a sua formação? Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória acadêmica.

Patrícia Gomes Rufino Andrade: Eu sempre digo que a minha formação inicial foi magistério a nível médio, porque foi ali que eu me decidi sobre a minha carreira profissional. Eu sou graduada em Geografia e Pedagogia, fiz mestrado e doutorado em Educação e dentro desse compêndio de formação, o que mais me tocou foi pensar a educação e as dificuldades dos processos educativos, principalmente o estudo junto às crianças negras. Esta sempre foi uma pauta do meu trabalho, desde a época do magistério, porque uma memória que eu tenho - e a gente vai falar de memória nesta entrevista - é a do meu primeiro estágio em uma escola pública de ensino fundamental. A maior parte dos estudantes eram crianças negras e me deparei com situações muito complicadas. Foi ali que eu decidi: “preciso fazer alguma coisa”. Acredito que a minha formação, de graduação e pós-graduação, foi acompanhando todo esse processo.

JMS: Você é coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Ufes (NEAB). Como funciona o Núcleo? Qual o seu papel para a expansão e diversidade dos estudos étnico-raciais na Universidade?

PGRA: O NEAB foi criado na virada do ano de 1997 para 1998 em algumas reuniões iniciais. Depois, essa discussão esfriou, e como todo percurso do debate histórico-racial no país e no mundo - no Espírito

Santo não é diferente... foi um processo de idas e vindas. Em 2005 nós retomamos esse diálogo, já com a professora Cida - Maria Aparecida Santos Correa Barreto, que foi vice-reitora da Universidade e diretora do Centro de Educação. Eu já estava na Ufes, na época eu fazia o Mestrado. Nós tínhamos uma política extensa no país, que era a fundação dos NEAB'S, havia também um programa chamado Uniafro, para implementação das diretrizes curriculares e da lei 10.639. Com esse quadro, efetuamos a organização de materiais e pensamos na formação de professores. Após, começamos a fazer um movimento para que a Cida assumisse o NEAB. Paralelo a esse processo, nós tínhamos também o boom em Vitória das políticas públicas voltadas aos direitos humanos, que ocorreu com a constituição da comissão de estudos afro-brasileiros. Eu fazia parte dessa comissão e a professora Yasmim Poltronieri era a coordenadora. Havia um grupo grande de pessoas envolvidas, que já vinham nessa temática há muito tempo. Convidamos esses entes e começamos a fazer debates, rodas de discussões e a pensar como seria o NEAB, como ele iria acontecer... Foi um momento muito legal. Eu me emociono demais ao lembrar.

A Cida foi retomando esse processo, construindo isso coletivamente, com muitas falas, com muito sim e muito não. Sendo assim, o Núcleo surge com a vocação de atender internamente a Universidade e a refletir toda uma grade de aspectos que não eram discutidos... desde a produção das desigualdades à

educação, mas também a saúde, a questão ambiental e os territórios. Foi um processo de ajustes políticos quanto ao que a gente passava. A vocação do NEAB é pensar estudos e pesquisas de enfrentamento ao racismo em suas várias vertentes, buscando os eixos históricos, artísticos, literários e geográficos. A cada ano tentamos agregar mais pesquisadores e ampliar essa vocação do NEAB. Isso foi se expandindo para o ensino médio e para a educação básica, principalmente na formação de professores. Na graduação fizemos vários movimentos. Cada professor foi assumindo um gancho, um projeto, uma organização dentro do núcleo.

JMS: Como você avalia a pesquisa acadêmica sobre os afro-brasileiros no Espírito Santo? O que progrediu e quais temas necessitam de reflexões mais elaboradas?

PGRA: Com os professores Cléber Maciel, Joaquim Beato, dentre outros nomes, nós tivemos algumas marcas da pesquisa que não discutiam apenas escravidão. O que a gente questionava muito nas abordagens sobre africanidades no Espírito Santo, e no Brasil como um todo, é que elas focavam muito na escravidão e a gente queria reconstruir essa história a partir dos sujeitos. Não que os dados não tenham importância, eles têm... Queremos fazer esse resgate, comentar sobre isso, mas pensando também em outras vertentes. Quem eram? O que fizeram? Onde estão? Quais são as histórias contadas por eles mesmos? Não uma história sempre contada pelo olhar do outro, constantemente analisada na perspectiva do processo colonizador. Nesse enfrentamento eu acredito que o NEAB vem atuando na ruptura. Não só para pensar a condição contemporânea dessa negritude, mas para analisar que essas desigualdades têm um olhar, um foco, elas falam de outros sujeitos e de outros lugares. Nosso intuito é trazer para o outro lado as memórias e as histórias que esse povo produziu. A nossa vocação é tentar buscar e abarcar tudo isso. É preciso refletir “Quem conta essa história?”, “Como é que isso vai acontecer de outra forma?”.

“O que a gente questionava muito nas abordagens sobre africanidades no Espírito Santo, e no Brasil como um todo, é que elas focavam muito na escravidão e a gente queria reconstruir essa história a partir dos sujeitos”.

“Como esses sujeitos vão se identificar?”. “Como eles vão contar suas próprias histórias?”.

Muitos negros no Brasil nunca tiveram a ideia do que era o continente africano e a sua diversidade. Nos livros didáticos, por exemplo, estudamos o continente africano por uma única vertente. Então, o que aparece para nós, se pensarmos na África, é aquele menino minguado, aquela família bem magrinha, aquele pessoal muito pobre, muito carente, aquela imagem da miséria estampada. Outra percepção que também vem quando se fala de preto é aquela figura acorrentada, aquele pessoal sem roupa, amarrado no tronco. Falamos: “Não gente! A história não é essa...”. Dificilmente temos um livro didático em que está lá uma igreja que foi construída, a técnica utilizada, a ciência que foi produzida, os templos milenares que nós temos, a estrutura que foi trazida de fora do continente africano e exportada tanto para a Europa quanto para o Brasil, como era fazer aquele cimento, que material era aquele, que tecnologia era aquela, como eles dominavam isso... Esse tipo de tema nunca é publicado. O valor cultural de um povo,

“Nosso intuito é trazer para o outro lado as memórias e as histórias que esse povo produziu. A nossa vocação é tentar buscar e abarcar tudo isso. É preciso refletir ‘Quem conta essa história?’, ‘Como é que isso vai acontecer de outra forma?’. ‘Como esses sujeitos vão se identificar?’. ‘Como eles vão contar suas próprias histórias?’”

nesse sentido, acaba sendo menosprezado e fortalece-se um imaginário racial que discrimina, marginaliza e inferioriza. Um imaginário, que na verdade, vai racializando as ações e os sujeitos e as formas de perceber isso. É nesse enfrentamento que o NEAB vem fazendo suas construções e os seus diálogos.

JMS: Inserir essa reflexão sobre as pesquisas históricas e sociais, como você vê a forma como as instituições oficiais tratam a memória dos negros? Em que pontos esse tema pode avançar?

PGRA: Pode avançar em muitos pontos. Nós temos problemas muito sérios, que não envolvem apenas o tema da negritude. Nós estamos formando doutores

em prazos curtos, em processos de pouca profundidade. Acredito que a banalização da pesquisa está em volta disso tudo. Quando falamos da retirada de investimentos, estamos destacando os pretos e demais minorias, porque existe uma classe específica que não perde. Quem são aqueles que perdem? Então não é só a falta de investimento na pesquisa, mas é o não investimento na educação como um todo. Um desgaste especificamente tenso quando você fala da produção da pesquisa para trabalhar as desigualdades por meio do trabalho de campo, para isso você também precisa de investimento. É necessário que se tenha compreensão disso. A gente não chegou ainda, por exemplo, a desvelar os jornais, a trazer as memórias, a fazer acervos de fotos, a organizarmos os nossos mortos, os cemitérios clandestinos, as religiões de matriz africana. Acaba que a gente vai produzindo pesquisas e as coisas vão ficando assim... Não sendo produzidas em cima e reproduzidas. A inovação dentro do processo de pesquisa na área de educação étnico-racial, que é uma vertente para se trabalhar as africanidades, carece muito de investimentos profundos para que o resgate histórico aconteça. Por exemplo, qual o seu sobrenome?

JMS: Meu sobrenome é Scolforo.

PGRA: Provavelmente você deve saber que a sua família veio de um determinado lugar. Quem foi seu avô, quem foi sua avó, o que eles vieram fazer aqui, que pedaço de terra coube a eles, por que eles ficaram em determinado lugar... Agora, pergunta aos negros do Brasil: “De onde veio a sua família?”. “Ah, eu sou o típico brasileiro”. O que é ser o típico brasileiro? “Eu sou uma mistura de raças”. Como assim? Qual é a origem do processo? Como foi isso? Quais são seus ascendentes? A sua linhagem histórica? Não se sabe isso... São tão bonitas as famílias italianas, pomeranas, alemãs... Porque elas sabem: “Minha família veio de tal região. Eles chegaram aqui. Foi assim... Eu tenho orgulho”. O preto não tem isso. Ele não tem história. Não tem memória, ou seja, ele tem a história que

é dita por aqueles que disseram por ele. Uma história que foi apagada... Imagina você chegar a um lugar e ter que esquecer a sua história? Você chegar a um lugar e saber que essa não é a sua verdadeira história, porque você teve que mudar de nome? São marcas históricas que foram sendo construídas. Foram marcas que foram destituídas nesses sujeitos para que essa memória nunca viesse à tona, mas vivemos um processo de reversão nos meios de comunicação, que tem nos ajudado bastante e com certeza as coisas vão acontecer. A expansão das mídias faz com que essa história se modifique também, que as pessoas compreendam isso melhor, entendam isso melhor, culturalmente falando... É muito legal, por exemplo, você chegar nas famílias pomeranas e ver como elas fazem o brot, como se reúnem, repartem o pão... Aí você olha e pensa “Poxa, que legal, mas como é isso na comunidade quilombola?” Seria muito bacana se a gente conseguisse pensar nessas estruturas, respeitando dignamente os seus processos e pudesse construir uma proposta de igualdade, mas igualdade mesmo... igualdade com equidade, dividindo o pão, eu estou falando nesse sentido. Lógico que não vai ser todo mundo igual, porque o mundo nunca foi assim, essa igualdade utópica, igualdade que nós meditamos, isso não vai acontecer, mas vislumbramos uma equidade para os nossos filhos, para que eles possam competir de igual pra igual, isso é possível. Sem declinar, sem desmerecer alguém por conta da cor da pele, porque a tez da pele é mais escura ou mais clara, porque o cabelo é assim ou não.

JMS: Analisando essa valorização da cultura e da memória, alguns dos seus trabalhos se destacam nessa área. Um deles é a pesquisa sobre o jongo-caxambu. Gostaríamos que você falasse sobre as características dessa prática cultural e como que ela está presente no Espírito Santo.

PGRA: Estudo a memória e o território por meio das práticas culturais do jongo-caxambu, porque o jongo para mim não é só história e narrativa, o jongo é uma paixão. Ele está presente no Norte e no Sul do Espí-

“Seria muito bacana se a gente conseguisse pensar nessas estruturas, respeitando dignamente os seus processos e pudesse construir uma proposta de igualdade, mas igualdade mesmo... Igualdade com equidade, dividindo o pão, eu estou falando nesse sentido”.

rito Santo. Eu gosto dos dois. Até hoje não aprendi a dançar o jongo do Norte. Ele é muito complexo. Muitos passos. A minha afinidade maior é com o jongo na roda de caxambu, que tem um toque um pouco mais afro-religioso. Ele traz essa relação da ancestralidade, da circularidade, que são valores que a gente vai trazendo dentro da própria formação para a educação afro-brasileira. Pensar essa proposta de educação precisava vir de algum gancho e a pesquisa em campo me colocou diante de alguns desafios: “Como eu vou desvelar isso? A complexidade desse processo e a perspectiva da educação?”. Aí, com isso em mente, fui para a comunidade e adentrei nela. Foi quase um ano de pesquisa e tinha muito para estudar e eu pensava quais eram os caminhos. E o jongo sempre me acompanhando e batendo. Olha... Olha... Tanto dessa história está aqui. Tanto dessa história está nesses tambores ancestrais. Tanto dessa história está nessas pessoas. Eu fiz uma amizade muito legal com a Dona Maria Laurinda de Monte Alegre,

Foi quase um ano de pesquisa e tinha muito para estudar e eu pensava quais eram os caminhos e o jongo sempre me acompanhando e batendo. Olha... Olha... Tanto dessa história está aqui. Tanto dessa história está nesses tambores ancestrais”.

em Cachoeiro de Itapemirim, que foi meu primeiro campo de pesquisa. Então, o jongo-caxambu é uma possibilidade de prática cultural afro-brasileira. Por isso, para mim, é fundamental pensar o território a partir das práticas culturais, porque delimita um pouco mais como você vai produzir, como você vai trabalhar essas africanidades. De onde vem? Como foi que surgiu aquilo? Como chegou aqui? Quais são as questões que o jongo traz em termos de narrativa, história, produção estética e religião? Tem muita coisa que está embutida na prática do jongo-caxambu.

JMS: Um dos seus temas de análise são as relações étnico-raciais no ambiente educacional. Como proporcionar transformações e construir processos identitários no cotidiano das escolas?

PGRA: Inserida na questão de se pensar o cotidiano nas escolas a gente entende que a prática do racismo, além de humilhar, desclassificar e inferiorizar, prejudica muito as relações das crianças e das pessoas do

seu convívio social. Esse convívio escolar nada mais é do que a reprodução da sociedade. O que acontece na escola é o que acontece fora dela em uma dimensão extremamente concentrada, porque ela é localizada. Pensar a educação étnico-racial e o fenômeno do racismo vem justamente no sentido de entender que essas crianças precisam se ver, se valorizar e ter sua autoestima potencializada, para que elas possam enfrentar isso. Não é a questão apenas de você ensinar, produzir, discutir ou brigar, mas é fazer com que elas criem mecanismos de enfrentamento às desigualdades, porque isso cada sujeito precisa construir. O negro só deixa de ser humilhado a partir do momento em que ele olha para as pessoas e se expressa: “Estou entendendo especificamente o que você está fazendo. Isso é uma prática racial. E você está usando esse tipo de artifício”. É necessário pensar nisso junto com as crianças. É importante que os alunos se vejam e entendam seu valor, porque se esses meninos e meninas não se veem como potência, aí é lógico que eles não vão querer brincar, não vão querer dançar, porque acham que as práticas, como a do jongo-caxambu, são coisas do demônio, que é macumba. Enfim. Tudo isso temos que enfrentar, porque também lidamos dentro desse processo com o racismo religioso.

JMS: Seguindo essa reflexão, podemos ressaltar a Lei 10.639, promulgada em 2003, pelo Conselho Nacional de Educação, que estabelece o ensino de história e cultura africana e afrodescendente nas instituições de ensino básico e superior de todo o Brasil. Em sua análise, a lei está efetivamente sendo cumprida? O que ela trouxe de positivo para a memória da cultura negra e o que necessita avançar nesse aspecto?

PGRA: Na minha análise a Lei foi e é fundamental, porque infelizmente existem espaços nos quais há a necessidade da obrigatoriedade e essa força da Lei tem que ser vista. É claro que ela não é totalmente implementada, porque existe uma barreira racial muito grande nesse processo, cada vez mais os espaços escolares, ao invés da laicidade, têm sido ten-

Inserida na questão de se pensar o cotidiano nas escolas a gente entende que a prática do racismo, além de humilhar, desclassificar e inferiorizar, prejudica muito as relações das crianças e das pessoas do seu convívio social. Esse convívio escolar nada mais é do que a reprodução da sociedade”.

denciosos e proselitistas, sendo assim, precisamos entender que as escolas devem dialogar sobre as diversidades e as múltiplas perspectivas, isso muitas vezes não acontece. Então a força da Lei faz com que alguns profissionais consigam resistir: “Não... existe uma lei, estou cumprindo a lei”, pelo menos isso contribui para que eles tenham possibilidade dessa construção no âmbito escolar. No entanto, nós ficamos muito limitados, porque o cumprimento depende também de investimentos. Não só no período de implantação, mas de uma proposta política de governo. É um investimento que se faz para um projeto de humanidade, que é muito maior do que um projeto de nação, porque o projeto de nação se limita ao território que ele vai entender, mas o projeto de humanidade vai ser construído a partir do respeito ao ser humano. É o reconhecimento dessa desigualdade e quais são as camadas minoritárias que enfrentam

essa desigualdade. É nesse aspecto que eu acho que a limitação da lei precisa ser revisada, porque se você tem uma lei você precisa de investimentos para consolidá-la. Nós trabalhamos no limite da navalha, porque você precisa de todo um equipamento jurídico para que ela funcione e esse equipamento jurídico, infelizmente, muitas vezes nós não temos.

É muito difícil achar pessoas que agreguem forças. Podemos pensar, por exemplo, na condição do cotista, que é outro desafio, porque entra toda a bagagem da relação do estereótipo. “Não... porque o discurso da cota é o discurso de privilégios pra pretos. O discurso da cota é o discurso da incapacidade para outros. De qualquer maneira... não pode ter cotas. De qualquer maneira não pode haver reparação”. A forma de se pensar essas discussões ficam novamente no senso comum. As pessoas não trazem o diálogo das ações afirmativas: “Olha... você está produzindo exclusão, marginalidade e violência”. Se as pessoas entendessem essa produção da violência e que pensarmos as cotas raciais é justamente uma forma de equalizar esse processo e tentar dar formações e construir uma igualdade, não teríamos somente 50%, seriam 100% de cotas, para que a gente tivesse essa reparação urgente. Hoje, uma criança de 10 anos, por exemplo, não tem perspectiva de vida em determinadas condições ou classes sociais. Qual é a visão que ela tem? Quais são os pretos que ela vê no poder? Quem são as pessoas que ela vê na direção? Quem são as mulheres pretas que ela reconhece? Nada contra as funções das quais nós viemos... Sou neta de empregada doméstica. De pessoas que perderam suas terras no interior. Minha bisavó é do ventre livre. Eu tive pessoas muito próximas da minha geração que possuem essa história, no entanto eu tive outra formação, até porque as pessoas que me educaram, a minha mãe e a minha vó, tinham essa ideia de pensar a igualdade, então... entre aspas, é o que a gente diz “Sorte”. A minha condição poderia ser outra totalmente diferente. Nada contra, novamente, ao trabalho doméstico e às pessoas que vieram dessas atividades, mas mesmo assim, tudo isso, não

construiu a ideia de que nós necessitamos urgentemente de equiparação. Não é uma equiparação pela pobreza, porque preto, rico, ele continua sendo preto. Preta, rica, continua sendo preta. Não vai mudar de cor. Não vai evitar argumentos do tipo “Nossa, você fala tão bem. Você faz o que mesmo?”, porque independente do que você é ou do que possa vir a ser, você é um ser humano, é um sujeito e precisa ser respeitado enquanto cidadão, não tem que ficar dando a sua ficha.

JMS: Nos dias 26 a 29 de setembro a UFES sediará a “V Conferência Internacional sobre recursos à desigualdade econômica, racial e étnica” que visa discutir e aprofundar mecanismos socioeducativos, políticos e econômicos de intervenção para uma cultura de paz e respeito. Gostaríamos de saber como está o processo de organização de um evento tão significativo, quais as entidades envolvidas e os principais objetivos e resultados que se pretende alcançar.

PGRA: A conferência é um presente, mas o trabalho para organizá-la está bem intenso. São muitas as dificuldades para concretizá-la, mas temos que superar tudo isso. Essa força que eu tenho, tenho certeza, é uma força ancestral, porque às vezes é desesperador fazer um evento desse porte sem muito apoio e investimentos, porém temos que agradecer também, porque aos poucos estamos ajustando. Às vezes fecham-se 10 portas, mas as que abrem dão um respiro. É dessa forma que a gente tem pensado a “V Conferência Internacional sobre recursos à desigualdade econômica, racial e étnica”. Por que nós chegamos nesse ponto? Aí é que vem a roda do jongo... Aí é que vem você colocar a vida toda para girar... Colocar esses interesses em comum para atuar. Ao mesmo tempo em que a gente roda o jongo lá na comunidade quilombola, a gente roda aqui, a gente roda em outros lugares, a gente vai construindo esse movimento na perspectiva ancestral e as coisas vão chegando. Foi assim que essa oportunidade surgiu. Estávamos assumindo o núcleo quando a professora Cida faleceu, foi um período difícil de transição, duro

demais, quando ela morreu ficamos muito desolados. Cida era aquela força toda... Nós precisávamos pensar para frente e Cida já tinha feito um caminho. Algumas pessoas desse convênio ela tinha conhecido na Bahia. Outros contatos foram feitos na Paraíba na área de direitos humanos. Com a morte dela, o processo parou um tempo e depois de dois anos fomos retomando essa ideia. Hoje temos 10 delegações vindo para o Brasil. Fizemos dois convênios com a Universidade de Minnesota. Temos que vencer todos os desafios, da língua... Da cultura... Para que nossos meninos e meninas negras estejam juntos. Nossos professores também carecem muito de formação. São quatro eixos: enfrentamento às desigualdades econômicas, educacionais, ambientais e na saúde. É um trabalho feito e construído por pessoas. Estamos recebendo 30 palestrantes, vários do exterior, muitos em cargos públicos... São senadores, políticos e gestores que têm muito a falar. As conferências anteriores foram nos Estados Unidos, na China e na Austrália e agora a receberemos no Espírito Santo.

JMS: A Conferência irá trazer para Vitória, não apenas entidades do meio acadêmico, mas movimentos sociais engajados com a causa negra. Qual a relevância dessa relação entre o ambiente científico e a sociedade na discussão de temas de impacto para as relações humanas?

PGRA: É uma relação de extrema importância entre pessoas que se agregam pela causa, que se unem em prol da redução das desigualdades e podem trazer soluções, pois o nosso objetivo é pensar saídas para a desigualdade, olhar como as pessoas têm trabalhado no mundo inteiro, quais são esses projetos que estão surgindo. Ao final da Conferência esperamos ter alguns encaminhamentos de políticas públicas. Os nossos jovens precisam participar dessas discussões. Precisamos formar pessoas, discutir e dialogar. A Conferência propõe que ativistas, militantes, gestores, políticos, professores e alunos possam conversar sobre isso, possam fazer esse enfrentamento. Um exemplo dessas relações é o nosso programa Afro-

“Alguns temas que precisamos dialogar partem disso, do se tornar humano, pois as pessoas não nascem humanas, a gente se torna humano, porém algumas questões nesse mundo têm retirado de fato a nossa humanidade”.

Diáspora, da Rádio universitária, no qual estou – sou coordenadora - colocando os meninos na frente para se constituírem enquanto lideranças. Eles estão pensando em pautas para refletir a desigualdade. Às vezes pode parecer nada, mas passar meses discutindo desigualdades é muita coisa. Tem que fazer pauta pra falar de mulher, pra falar de criança, pra falar de música, de cinema... A gente vê jovens de diferentes cursos envolvidos, marcando debates. O programa é diário, das 17h às 18h.

JMS: Por fim, pensando nas lutas e movimentos nos quais você já se engajou, que perspectiva de mundo e sociedade você vislumbrou construir para as futuras vivências dos jovens negros?

PGRA: Uma questão que eu tenho muita vontade de atuar é na mortalidade da juventude negra, pois esse é um problema que me incomoda muito. Se eu tiver a possibilidade de politicamente fazer algo tem que ser nesse caminho, nessa direção, para pensar essa questão, porque eu não sei se reformatório é a solução, não sei se o jovem encarcerado é a solução,

porque a maior parte dos jovens encarcerados são os meninos pretos. Esses espaços acabam se tornando uma fábrica de problemas e de mortalidade. Um negócio muito complicado... Então, penso em formas de juntar pessoas para pensar isso com mais carinho. Observar isso com mais humanidade. Refletir isso para fazer a vida ter sentido. Acho que a vida precisa ter sentido. Todo mundo precisa encontrar um sentido. Alguns temas que precisamos dialogar partem disso, do se tornar humano, pois as pessoas não nascem humanas, a gente se torna humano, porém algumas questões nesse mundo têm retirado de fato a nossa humanidade. Pode ser que essas mudanças não venham de forma definitiva para a minha geração. Talvez venha para a geração dos meus netos, mas eu quero abreviar isso.



Tambor do grupo Caxambu da Santa Cruz, da comunidade quilombola de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim. Foto: Usina de Imagem.